OS EMPRESÁRIOS E AS ELEIÇÕES

Luiz Carlos Bresser-Pereira

IstoÉ-Senhor, 01.3.1989

Os empresários brasileiros mostram-se naturalmente perplexos e confusos diante da eleição presidencial que se aproxima. A origem dessa perplexidade é muito simples: porque são a classe dominante, porque fazem parte das classes dirigentes, pretendem ter um peso decisivo na escolha do novo presidente, mas não vêem como operacionalizar esse objetivo. Definem o perfil do seu presidente "ideal", mas verificam que os candidatos com maiores probabilidades de vitória afastam-se muito do modelo. Reúnem-se, discutem, pensam em atuar em grupo, quase como um partido, imaginando que terão uma enorme influência na eleição, mas logo dão-se conta de que não é tão simples assim operacionalizar essa história de "classe dirigente" ou de "classe dominante".

E não é mesmo. Não há dúvida que os empresários, ou, mais amplamente, que a burguesia é a classe dominante no Brasil, ou seja, é a classe que, controlando a grande massa dos meios de produção e comunicação no país, tem condições de definir os valores e crenças predominantes no país de forma a legitimar sua própria posição enquanto classe. E não há dúvida também que os empresários são uma parte importante das classes dirigentes brasileiras, ou seja, das elites que influenciam direta ou indiretamente o governo.

A própria distinção entre classe dominante e classes dirigentes, entretanto, já sugere os limites do poder dos empresários. Enquanto classe dominante, eles controlam diretamente a produção ao nível das empresas e estabelecem os parâmetros ideológicos básicos da sociedade brasileira; enquanto parte da classe dirigente, têm uma influência direta mas limitada no governo.

As classes dirigentes são mais amplas do que o empresariado. São a forma através da qual se expressa a sociedade civil. Além dos empresários, incluem os políticos profissionais, os intelectuais inclusive os jornalistas, os tecnoburocratas inclusive os militares, os líderes sindicais. Quanto mais democrático for um sistema político, mais ampla e diversificada será sua sociedade civil, mais dividido será o poder entre os integrantes das classes dirigentes.

O Brasil está longe de possuir um sistema político claramente democrático, mas seu estágio de desenvolvimento econômico e social é suficientemente avançado para possuir classes dirigentes que não podem ser identificadas a uma oligarquia de proprietários. A própria burguesia brasileira não se confunde com uma oligarquia, não apenas porque divide o poder com a tecnoburocracia e os trabalhadores, mas também porque ela própria é uma classe ampla e diversificada.

Não há dúvida de que, em uma sociedade de classes, o conceito de cidadania, segundo o qual cada cidadão tem direito a um voto e, portanto é igual aos demais perante a lei, é limitado como a nossa própria democracia é limitada. Mas se temos hoje um sistema político basicamente democrático, que corresponde aproximadamente a um determinado estágio de desenvolvimento econômico e social, o poder dos empresários na escolha de um presidente é por definição também limitado.

Os empresários têm o poder de veto sobre candidatos excessivamente à esquerda. Lula dificilmente será eleito presidente porque contrária de forma muito direta os interesses e os valores básicos da sociedade burguesa brasileira. Não têm, entretanto, condições de influenciar de maneira decisiva quem será eleito. Se por acaso fizerem uma opção muito clara por um candidato, isto representará antes um ônus do que uma vantagem eleitoral para esse candidato.

Mas, uma vez eleito o novo presidente, ele só poderá governar se contar com um certo apoio da burguesia. É nesse momento, e não no da eleição, que se manifesta o caráter de classe dominante da burguesia. Um presidente eleito que não conte com um razoável apoio da burguesia ver-se-á muito rapidamente às voltas com uma crise de legitimidade e de governabilidade. O novo presidente não precisa estar militantemente a serviço da burguesia. Se for um político reformista, de centro-esquerda, poderá inclusive ter uma atitude crítica em relação aos setores especulativos e rentistas da burguesia. Mas não poderá pensar em governar o país sem a participação dos empresários.